



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFOFIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**SER MÃE NA UNILAB/CE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MÃES  
GUINEENSES (2018-2020)**

MILANIA DA COSTA

**REDENÇÃO-CE  
2021**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

MILANIA DA COSTA

**SER MÃE NA UNILAB/CE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MÃES  
GUINEENSES (2018-2020)**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Maria Araújo Bertini.

**REDENÇÃO-CE  
2021**

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	8
3. JUSTIFICATIVA .....	9
4. OBJETIVOS .....	10
4.1 Objetivo geral .....	10
4.2 Objetivos Específicos .....	10
5. HIPÓTESES .....	10
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
6.1. O que é ser mãe na nossa sociedade? Alguns aportes.....	11
6.2 Ensinos superior e a maternidade .....	15
7 METODOLOGIA .....	22
Referências Bibliográficas .....	24

## 1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa visa analisar as trajetórias e as dificuldades das mães discentes solteiras dentro da instituição do ensino superior, no contexto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Ceará), os desafios encontrados por elas no decorrer da vida acadêmica. Diante disso, essa realidade que é observada no cotidiano acadêmico, requer uma análise multicausal para compreender os desafios, as trajetórias e as dificuldades de ser mãe na academia.

Ser uma mãe em nossa cultura Africana é, frequentemente, considerado uma experiência realizadora na vida de uma mulher, enquanto que o contrário, ou seja, não ter filho(s) é, às vezes, encarado como ausência de feminilidade, associado à ideia de incompletude a outras práticas em que se associa a mulher (SWAIN, 2007; SÉVON, 2005 apud URPIA, 2009). Em muitas “sociedades” as mulheres que não têm ou não querem ter filhos são outrora associadas à “feitiçaria” ou é uma mulher infértil. Esses imaginários culturais e sociais, associados às mulheres, acabam por criar narrativas que invisibilizam e marginalizam as mulheres.

A formação superior pode proporcionar um desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmica a estudante para a superação de obstáculos e a sua inserção e/ou ascensão na sociedade. Historicamente, existe uma disparidade de gênero entre as mulheres e os homens. A universidade, sendo um espaço de produção de relação de poder e de produção de conhecimento, por ser utilizada como um instrumento para fortalecer as lutas sociais desencadeadas pelas mulheres no contexto da universidade, podendo ser um elemento de emancipação política, social, econômica e acadêmica (REIS, 2017). É importante salientar que

a gravidez e a maternidade não são apenas fenômenos biológicos, mas, também, fenômenos do contexto cultural, social e afetivo. Ou seja, ainda que a gravidez ocorra dentro do corpo da mulher, as responsabilidades e os significados são construídos dentro do âmbito social em que a gestante está inserida. A universidade, por sua vez, tem papel ponderoso e de extrema importância no percurso da busca pela ascensão pessoal e profissional da mulher, tornando-se um suporte para alcance do objetivo (PAIM, 1998 apud OLIVEIRA, 2008).

Na mesma linha de argumentação, percebe-se que há conexões e rupturas entre as representações e práticas institucionais das diferenças sociais e biológicas estabelecidas entre homens e mulheres. Essas representações acabam por naturalizar e hierarquizar as relações sociais e culturais que relegam as mulheres a desempenharem as funções domésticas e, sobretudo, a procriação (SILVA; ALVES; CARVALHO, 2020). Posto isto, algumas reflexões

nos debates atuais apontam as mulheres como aquelas que deveriam ocupar os papéis domésticos e tendem a colocar as mulheres como intelectualmente inferiores aos homens (GONÇALVES, 2006 apud SILVA; ALVES; CARVALHO, 2020).

Quando a mulher se torna mãe, ela inicia uma nova vida, uns novos desafios sobre como ensinar, novas responsabilidades, mais trabalho e dificuldades, diferentemente, das mulheres que não têm filhos, nesse contexto, a mãe passa por um processo que exige muitas resiliências para se adaptar a novas situações.

Segundo Flavia (2010), no caso brasileiro, a percentagem das mulheres de diferentes condições na Universidade era maior do que a dos homens e, segundo dado do censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 8,81% das mães universitárias com as idades entre 19 e 29 anos que cursam o ensino superior, são mães de filhos com a idade de 0 e 4 anos. Esse é a percentagem significativa das mães que podem precisar de uma ajuda acadêmica para permanência na Universidade e, também, para obtenção de bom rendimento estudantil (IBGE, 2009).

No entanto, o problema ligado às mães estudantes na UNILAB não mereceu, até então, um estudo por parte dos estudantes unilabianos. Ser mãe e estudante pode influenciar negativamente no seu desenvolvimento acadêmico e nas suas atividades extras. Em várias situações, essas mulheres são obrigadas a lidar e a conciliar mais trabalhos domésticos e passam dificuldades econômicas, sociais e acadêmicas.

De acordo com Paula (2020), os impactos sociais e da construção do espaço feminino no mercado de trabalho demonstra grandes disparidades, pois nota-se que os números maiores de mulheres nas universidades tem sido um número reduzido na acadêmica, ou seja, as mulheres continuam ocupando um espaço de menos destaque nas universidades. Além de serem mães, as mulheres sonham em construir as suas carreiras profissionais, desejo de se tornar mãe pode ser adiado, dependendo do contexto social, acadêmico e financeiro. Em algumas situações, pode ocorrer a gestão sem o planejamento. Neste sentido,

essas condições podem gerar impactos tanto positivos quanto negativos, provindo de uma gestação esperada ou a mesma ocorrida sem o devido planejamento. Quando esse evento ocorre sem um planejamento ou sem o desejo, as mesmas enfrentam vários conflitos internos em ter que lidar com uma nova identidade e papel social, como mudanças físicas e psíquicas ocasionando pensamentos positivos ou negativos quanto ao futuro, além de se depararem com dificuldades de enfrentamento em relação a continuar ou desistir da graduação (PAULA, 2020, p.12).

A experiência das jovens universitárias que no processo da formação superior se tornam mães, começa a deparar com várias dificuldades, desafios em simultâneo, tarefas de conciliar maternidade e a vida acadêmica. Em alguns casos, as mães universitárias redobram os seus esforços, lutando pelo sucesso no curso e, conseqüentemente, para a conclusão do curso, num contexto marcado por uma história tradição androcêntricas <sup>1</sup>, que não cessa de colocar barreira para a mulher que pretende avançar na carreira acadêmica (WOLF-WENDEL; WARD, 2005) apud (URPIA; SAMPAIO, 2011).

No contexto de academia, ser mãe universitária traz uma série dificuldade, principalmente aquelas relacionadas ao preconceito do gênero entre maternidade e vida acadêmica. (MANSON, GOUDEN,2002; AQUINO, 2006). Antes de ser mãe, a mulher enfrenta algumas dificuldades que podemos considerar “menores”, mas quando se torna mãe e, sobretudo, fora do seu país de origem, a situação torna-se mais complexa, pois as mães podem enfrentar as situações familiares um pouco difícil, porque em algumas situações os pais não aceitam e podem encerrar a situação como uma falta de respeito.

Através dos aparatos sociológicos e sócio-históricos podemos perceber como as mulheres foram ao longo da história tratadas e quais os papéis lhes são atribuídos. O gênero ou identidade da mulher é construída desde a sua nascença até a sua morte, com um viés que atribui a feminilidade, a procriação/maternidade e os trabalhos domésticos, sendo que o cuidado da casa é-lhe atribuído. Devido essas construções, as mulheres foram sociais, cultural e historicamente excluídas dos espaços de produção de conhecimento e passam a ocupar outras funções. Na academia, as mães universitárias são obrigadas a conciliar a função mãe, trabalhos domésticos e a vida acadêmica, como foi apontado atrás.

Posto isto, torna-se salutar averiguar o problema no contexto das mães universitárias, dado que, muitas jovens passam por esse momento na universidade. Conquanto, o assunto em análise é um pouco discutido no contexto da UNILAB. Este trabalho poderá trazer os dados que demonstram o sofrimento e as dificuldades que elas enfrentam no seu cotidiano. Assim, o nosso projeto pretende compreender os desafios, as trajetórias e as dificuldades das mães guineenses na UNILAB.

---

<sup>1</sup> Refere-se a supervalorização do homem, e de suas experiências e comportamentos, não assumindo os seres humanos como iguais, geralmente, desvalorizando as experiências das mulheres ou a busca pelos seus direitos.

## 2. PROBLEMATIZAÇÃO

A construção do imaginário sociocultural em torno da maternidade é tão consistente que, não obstante, as dificuldades que aparecem no processo de tornar-se mãe ou ser-se mãe são quase sempre minimizadas ou invisibilizadas por uma postura androcêntrica em função de pensarmos as mulheres como possuidoras de uma “essência feminina” ligada a procriação, que as orientam, naturalmente, para as necessidades dos cuidados de seus filhos e da casa. Nesse sentido, a mulher-mãe-acadêmica é associada àquela que ama e gosta de crianças e, intuitivamente, sabe o que fazer com elas, cuidando de seus filhos, sem qualquer tipo de ambivalência, pois no imaginário social, o trabalho da mulher é associado ao cuidado (THOMPSON & WALKER, 1989 apud URPIA, 2009).

Além de descrever uma mulher no singular, negando as múltiplas faces da maternidade e outros papéis associados à maternidade que se situa na interseção entre o subjetivo, cultural e o social. Assim, alguns autores consideram que é esta tensão entre a constante e completa responsabilidade atribuída à figura feminina e todas as imagens e crenças acerca da maternidade que cria ambivalência nas mulheres quando estas se tornam mães (THOMPSON & WALKER, 1989; MILLER, 2005 apud URPAI, 2009).

Na atualidade, as mulheres são associadas a posição de mães. Não obstante, esta mudança na condição feminina de um estado de menina para uma mãe acaba por mudar toda a rotina da mulher-mãe-estudante. Com os trabalhos e os movimentos feministas, foram alcançadas as conquistas importantes para a participação das mulheres nos lugares de destaque na sociedade e no ensino superior. Este fato mudou de forma significativa a forma como as pessoas encaram as mulheres e como elas entendem a maternidade. Por muitos séculos, esquecem-se, constantemente, e associam-se a mulher ao discurso idealizador da maternidade e dos cuidados dos filhos, sendo, portanto, os homens reservados a posição de “ajudantes” nesse processo de transição parental, em que deveriam estar implicados homens e mulheres igualmente e, sobretudo, trabalhando de forma interdependente sem, no entanto, atribuir uma maior responsabilidade à mulher (URPIA, 2009).

Ser mãe e acadêmica na universidade não é uma tarefa fácil, pois a mãe tem que conciliar a função de mãe e da acadêmica. Diante do objetivo traçado que é compreender os desafios, as trajetórias e as dificuldades das mães guineenses na UNILAB, colocamos as seguintes indagações: qual é o seu entendimento sobre ser mãe-estudante na UNILAB? Como

você experiência/vivencia a maternidade no seu curso? Você planejou ter um/a filho/a? Como você tenta conciliar as funções acadêmicas e maternas? Existem políticas na universidade destinadas às mães-estudantes na UNILAB? Qual(is) papel(is) a UNILAB deveria adotar, considerando as necessidades das mães-estudantes no que concerne às suas permanências no ensino? Como tem sido o papel paterno? Existe apoio dos conhecidos ou não no processo maternal?

### **3. JUSTIFICATIVA**

O ingresso na vida acadêmica exige compreender a responsabilidade por parte das mães, e para uma mulher que está em transição de juventude para a vida adulta. Por vezes, essas mães não recebem apoio tanto dos seus amigos e nem dos seus familiares e isso, muitas das vezes, pode levar ao rompimento do seu processo de aprendizagem durante a graduação. Ser uma mãe e estudante é uma experiência particular, pois, somos obrigados a ocupar as duas funções: ser uma mãe e aluna em simultânea. Por isso, o trabalho objetiva compreender os desafios, as trajetórias e as dificuldades das mães guineenses na UNILAB.

O interesse pela realização deste trabalho se dá pela minha própria experiência de ficar grávida em pleno início de semestre, na minha vida acadêmica. Tive dificuldades, medos, principalmente por minha família estar longe. No decorrer da gravidez recebi apoio moral por vários amigos e amigas que estiveram ao meu lado, apoiando-me no momento de gravidez até ao momento de parto. Muitas dessas pessoas continuaram dando as suas ajudas no que for necessário para o meu processo formativo e nos cuidados da criança.

No que diz respeito à universidade não recebi nenhuma ajuda ou apoio para lidar com esse momento. Parece-me que não há um diálogo entre a universidade e as pessoas no momento de gravidez. Até agora não recebi um amparo institucional por parte da universidade, isto é, não há uma política universitária para atender as necessidades das mães estudantes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Ser, pela primeira vez, uma mãe e estudante internacional da lusofonia não foi fácil, pois, é a primeira experiência que passei e estou passando como uma mãe sem, no entanto, poder estar ao lado dos meus familiares. Se fosse no meu país, certamente, receberia ajuda dos meus familiares. Sendo estudante internacional, sou obrigado a redobrar os esforços para fazer os meus trabalhos como académica e como uma mãe. Por esta experiência, tive a vontade de



elaborar o projeto de pesquisa (TCC) para a obtenção do diploma de Bacharel em Humanidades nessa temática, isto é, investigar sobre experiências semelhantes de mães guineenses e contribuir com a realidade vivida pelas mães na vida acadêmica, no sentido de conviver melhor com a gravidez na universidade. Acredito que o trabalho futuro contribuirá também para que as mães discentes consigam conciliar a vida acadêmica, lutar pelos seus direitos como mães estudantes, mas também propor que a UNILAB, enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão e espaço de construção de uma sociedade mais justa e igual, tenha políticas de apoio psicológico, financeiro e pedagógico para mães acadêmicas.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo geral**

- Compreender os desafios, trajetórias e as dificuldades das mães guineenses na UNILAB

### **4.2 Objetivos Específicos**

- Compreender os aspectos e as trajetórias das mães estudantes na conciliação das demandas acadêmicas e maternas;
- Analisar os desafios e as suas perspectivas acadêmicas e profissional;
- Entender os fatores que influenciam as mães guineenses a permanecerem nos estudos universitários na UNILAB.

## **5. HIPÓTESES**

**H<sup>1</sup>.** Ser mãe-estudante na UNILAB é difícil e isso significa ser resiliente e adaptar à nova fase da vida e a realidade da maternidade, tendo que conciliar a função de mãe e acadêmica.

**H<sup>2</sup>.** A universidade deve adotar/ampliar as políticas de assistência social para atender as demandas das mães-estudantes em termos financeiros, dado que os valores de 530 reais não

chegam para cobrir todas as despesas.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O presente projeto de pesquisa visa compreender os desafios, as trajetórias e as dificuldades das mães guineenses na UNILAB. Na base disso, o projeto tem como objetivos específicos compreender os aspectos e as trajetórias das mães estudantes na conciliação entre as demandas acadêmicas e maternais; analisar os desafios e as suas perspectivas acadêmicas e profissional; e entender os fatores que influenciam as mães guineenses a permanecerem nos estudos universitários na UNILAB. Perante isto, fazemos uma revisão bibliográfica de alguns autores entre os quais destacam-se: Gomes (2020); Gomes (2016); Lídia (2020); Paula (2020); Ribeiro (2016); Urpia (2009) e dentre outros autores e autoras.

### **6.1. O que é ser mãe na nossa sociedade guineense? Alguns aportes**

Ser mulher e mãe é uma construção social, cultural, histórica e política que se configura com os outros nas diversas experiências e vivências ao longo do processo de socialização em cada sociedade, grupos sociais, culturais ou étnicos. As posições que cada um vai ocupar na sociedade também é uma construção e dependerá dos valores estabelecidos na sociedade que atribui uma determinada função para homem/mulher (LÍDIA, 2020). Essas construções demarcam, outrora, as hierarquias, nas quais pairam as desigualdades sociais e políticas, sendo, portanto, como uma “norma”, do ponto e vista racial, gênero e geracional como uma visão patriarcal onde impera o androcentrismo e a família nuclear chefiada pelo homem e a mulher é colocada num lugar “inferiorizado”.

Com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, desenham-se significados específicos à maternidade, associando a mulher ao cuidado da casa, ou seja, dos trabalhos domésticos e ao cuidado dos/as filhos/as (LÍDIA, 2020). As mudanças trazidas pela industrialização e o capitalismo dividem a esfera pública da esfera privada da família, atribuindo aos pais a responsabilidade do sustento da casa e a mulher ao cuidado da casa (GRADVOHL, OSIS e MAKUCH (2014 apud LÍDIA, 2020), nesta sequência de análise, percebe-se que no âmbito da vida privada, a família nuclear tem a tarefa de prover os meios para a garantia do sustento material da família e, essencialmente, transmitir valores que mantenham a cultura dominante (cultura androcêntrica; o homem no centro das relações), atribuindo aos pais a responsabilidade de cuidar de seus filhos, onde caberia à mãe a função

exclusiva do cuidado e ao pai à tarefa de prover o sustento, estabelecendo diferenciação dos papéis entre homens e mulheres (ÁVILA, 2018 APUD LÍDIA, 2020). Essas situações por vezes colocam a mulher numa situação de dependência total do seu esposo o que, de alguma maneira, acaba por colocar a mulher numa situação de difícil emancipação política, social, econômica e acadêmica.

O capitalismo originariamente tem se apropriado de tudo que lhe permita acumular e se reproduzir. Aprofunda a opressão e a exploração apropriando-se de “categorias”, ou, “grupos” historicamente marginalizados: proletários(as), mulheres, índios(as), negros(as) etc., tornando-as válvulas de controle social, numa perspectiva classista, hierarquizada que “parecem” operar como mecanismos autônomos no interior do sistema, mas que não o são e nem estão, a apropriação do trabalho da mulher é uma das facetas utilizadas pelo capitalismo para promover a acumulação sem, no entanto, mexer nos “papeis sociais (MATOS, 2008, p.174).

Ademais, o trabalho, na família, enfim, nas sociedades evidencia as relações desiguais entre homens e mulheres; relações que demarcam as hierarquias de gênero, sendo, o homem no centro, e esse fenômeno ocorre até mesmo quando estes(as) pertencem a mesma classe social como, por exemplo, professor, empresário, médico, etc. Aos homens pela sua condição social, lhes são permitidos um conjunto de atribuições que são socialmente definidas e aceitas como “normal” enquanto funções de que devem ser ocupados pelos homens, já as mulheres devem estar totalmente submetidas à autoridade do homem.

Essas submissões, ora do pai, ora do marido, ora do patrão, devido a sensação de tê-los como papel “natural”, ao passo que o de mãe, baluarte social da sociedade sendo, portanto, entendido como guardião das relações familiares. A mulher enquanto sexo, “sexo segunda” deve trabalhar para garantir uma renda complementar, porém a ela não são garantidos os mesmos direitos políticos que aos homens, mesmo que formalmente, o peso de ser mulher socialmente a oprime de certos lugares de tomada de decisão (MATOS, 2008).

Para Matos (2008), nas sociedades contemporâneas evidenciam-se as relações desiguais entre homens e mulheres. Além disso, quando se estabelece um contrato entre membros de uma sociedade que detinham anteriormente posições de desigualdade, a relação assimétrica não é atenuada pelo pacto que as partes constituem entre si. Aos homens pela sua condição social, lhes são permitidas um conjunto de atribuições que são socialmente definidas enquanto funções masculinas, já as mulheres devem estar totalmente submetidas à autoridade masculina., ao analisarmos os papéis desempenhados pelos homens e mulheres em nossa sociedade, nota-se que geralmente ao homem é designado o papel de maior evidência e importância social do que

às mulheres (TEIXEIRA, 2010 apud LÍDEA, 2020).

Na mesma linha do argumento Stasevskas (1999) afirma que a necessidade de busca pelo sustento da casa entra em cena, mãe traz um sentimento de grande sobrecarga, e a responsabilidade de lidar com seu/sua filho(a) diariamente. Essa ocupação, por vezes, influencia a decisão de reduzir número de filhos a ter. Com efeito, a grande preocupação da maioria das mães de classe trabalhadora gira em torno de melhoria de condições de vida, dobrando esforços para realizar os seus objetivos.

Em algumas circunstâncias, as mães solteiras sofrem pela ausência de um companheiro ou, ainda, falta de responsabilidade deste em algumas tarefas mais difíceis. Nessas circunstâncias, as mães sobrecarregam-se e responsabilizam-se sozinhas de filho(a), ou seja, no caso da ausência do pai, as mulheres são obrigadas a trabalharem diariamente para cuidar e dar o sustento à família. As mulheres mães solteiras que se encontram nessa situação são “em grande parte associada[s] ao potencial que as populações vivendo nesta circunstância têm de estarem submetida[s] às situações de maior pobreza e vulnerabilidade econômica” (CARVALHO, 1998 apud STASEVSKAS 1999).

De acordo com Paula (2020), em função da discriminação baseada no gênero, as mulheres sofrem muito e foram alvo de muitos infortúnios ao longo dos séculos. Grandes contribuições das filosofias, mitologia grega e da religião facilitaram a discriminação ao corpo feminino, construindo a sua forma de viver ao mundo. No entanto, essas maneiras não passam de criação do próprio homem com um pensamento regulatória para preservação de sua autoridade e poder sobre a mesma. Os teólogos e filósofos cristãos tinham posições que repudiavam as mulheres, muitos defendem que as mulheres deveriam envergonhar das suas condições por serem mulheres. Os cristãos hostilizavam as mulheres.

Paula (2020, citando Tedeschi, 2012) afirma que a teoria filosófica transformou a mulher em “objeto”, as mulheres foram vistas como criaturas irracionais, que não contém pensamentos próprios, com mínimas criatividade, sem espírito estético, dependentes de seu corpo. Dessa forma, precisavam ser controladas pelos homens. Essas representações ligadas ao poder masculino construíram a identidade e a alteridade. Ainda Paula salienta que, o filósofo grego Aristóteles, no século IV a.C. afirma que a mulher é inferior e deve ser dominada pelo homem; homem que se encontra num lugar superior.

Paula (2020) citando Tedeschi (2012) afirma que o saber e o poder não são direitos femininos e não podem ser pensados como das mulheres, ou seja, nesta visão, as mulheres não tinham o poder e o direito igual aos dos homens, pois elas não têm direito a palavras, fazendo

parte da reencarnação dos homens que, em várias circunstâncias, as mulheres não foram dadas as mesmas oportunidades que os homens. O filósofo grego Galeno, também considera que a mulher é inferior, considerando o homem mais forte. Ainda de acordo com a autora, os adeptos desta teoria ignoraram completamente as mulheres em todas as suas dimensões humanas, sociais, políticas e culturais.

De acordo com Kant, a criação da mulher era viver para homem, não aceita a mesma enquanto sujeito atuante de sua própria história. O mesmo compara a mulher como inferior, do mesmo jeito considera a mesma sem capacidade de pensar como homem e que a mulher só faz o que lhe convém, dessa forma, seria inútil destinar a mesma os deveres com os homens, o que é difícil de acreditar que o belo sexo apresente princípios além do que já lhe foi destinado (LINO, 2018 apud PAULO, 2020). No mesmo raciocínio,

Kant [afirma que] o interesse das mulheres por conhecimentos intelectuais contraria a natureza feminina, pois as mulheres ao exercerem tais funções, são vistas como um ornamento que impele a admiração mesmo que desempenhem com louvor a função a qual foram destinadas (Serem belas, piedosas, benevolentes, modestas, ingênuas e frágeis). Assim, ao adotarem esta postura entendida como masculina, elas se afastam do objeto primeiro de sua ciência: “O conteúdo da grande ciência feminina é antes, o ser humano e, dentre os seres humanos o homem, e sua filosofia não consiste em raciocinar, mas em sentir (KANT, 1993 apud LINO, 2008, p. 99).

Segundo pensamento religioso, Eva foi criada pela costela de Adão, com o objetivo de fazer a companhia e ajudar o mesmo no jardim do Éden, aí Deus explicou para eles que não deviam comer a fruta proibida representada por maçã da árvore do bem e do mal. Como a Eva que é criada de costela de Adão foi considerada de natureza inferior, e devido a sua desobediência, e de não cumprir com a regra, e que foi enganada pela serpente ela acaba de comer a fruta proibida, ainda mobilizando o Adão para que faça o mesmo, por sua vez tem sua natureza superior corrompida. Ainda na bíblia explica que a Eva foi a responsável pelo primeiro pecado original, e causou a sua própria morte e da toda humanidade, e tendência natural para pecar. (BARRETO; CECARELLI, 2015 apud PAULO, 2020). De acordo com os autores as

concepções filosóficas, religiosas e mitológica a respeito da mulher, foi criado um sistema rigoroso pronto para ser preenchido pela mesma, conceituando quem ela naturalmente é e ditando quem deveria ser. Este sistema sexista baseado em todas as teorias existentes para explicar quem é a mulher aludem a inferioridade do feminino, falta de direitos referentes a educação intelectual, liberdade sexual, não podendo ser dona de seu corpo e de suas vontades, se restringindo somente a procriação e aos cuidados da casa e filhos e, devido a sua natureza traiçoeira e pecadora, a mesma deveria ser controlada e vigiada, se ajustando ao imaginário idealizado para ela, encaixando nos moldes da sociedade que os homens dominam (PAULA, 2020 apud

TEDESCHI, 2012).

O distanciamento das mulheres da vida política livra o homem de possíveis concorrentes, a casa passa a ser o espaço de fato da mulher. Em cada momento da história, construído em tempo e lugares diferentes, por homens diversos, é possível identificarmos essa lógica comum. Desta maneira, a mulher é distanciada da vida pública e externa e passa a se tornar um imperativo categórico e a sedução do espaço externo e que valoriza o interno.

A mulher deve-se manter nos cuidados da casa ou de ficar em cuidado de trabalho doméstico, a sua vida passa a ser cumprimento de tarefas e compromissos que possam construir a vida privada com a exigências externa e exteriores da sociedade e da casa com as ideias de reclusão doméstica e de hegemonia do espírito sobre o corpo (PAULA, 2020; LÍDIA, 2020, MATOS, 2008).

O espaço do lar, da casa, se apresenta como o espaço da atividade feminina, um espaço onde um trabalho é desenvolvido diretamente: a dona de casa fia, tece, trata e limpa a casa, ocupa-se dos animais domésticos, assume os deveres da hospitalidade, do acolhimento, dos “amigos” do marido, o zelo dos filhos (PAULA, 2020 apud TEDESCHI, 2012). A este respeito, Oyeronke Oyewumi, no seu texto “*The invention of women: making an African sense of Western gender discourses (1997)*” traz narrativas que evidenciam que a categoria “mulher” é uma invenção; uma invenção que se varia de acordo com o espaço e tempo.

Portanto, corroboramos com Lídia (2020) em afirmar que os significados e as representações atribuídas à maternidade e às funções das mulheres são produtos da cultura e não do ato “biológico” e se esta, por sua vez, é produto do conjunto das relações sociais, culturais, histórica, política e social processadas para realizar um determinado modo de sociabilidade., de se comportar, compreendemos que é necessário inscrever o debate acerca dos significados da maternidade na acadêmica, sendo importante abrir outros prismas analíticos e interpretativos do lugar da mulher e as funções atribuídas a elas no debate sobre a sociabilidade capitalista – que atravessam a sociedade na contemporaneidade. Essa possibilidade de debate nos permitirá compreender e olhar as opressões que as mulheres passam diariamente nas suas vidas cotidianas. Os olhares interseccionais nos possibilitarão compreender de forma clara as múltiplas opressões que as mulheres sofrem na nossa sociedade.

## **6.2 Ensino superior e a maternidade**

As instituições do ensino superior na Guiné-Bissau foram criadas muito tardia, ao comparar com os outros países. As primeiras universidades guineenses foram criadas na década de 70. Ao fazermos uma analogia com o Brasil, percebemos que o surgimento da universidade na Guiné-Bissau é muito atrasado, quando antes da década de 30 já surgiram as primeiras universidades brasileiras. Na Guiné-Bissau, os portugueses demonstraram hostis a criação das universidades públicas e o acesso à escola era destinado a uma parcela da população.

No caso brasileiro, as primeiras universidades no país surgiram em meados da década de 1930, destacando-se, nesse processo, as criações da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que teve uma existência efêmera quando o governo federal resolveu dissolvê-la, integrando-a à Universidade do Rio de Janeiro e várias outras universidades que foram posteriormente criadas (NEVES; MARTINS, 2016). Ao passo que na Guiné-Bissau alguns estudos mostraram que a emergência de ensino superior na Guiné-Bissau foi tardia, tendo seu momento decisivo com o surgimento da Faculdade de Medicina, criada em 1986 (FURTADO, 2005; SUCUMA, 2013; SANI; OLIVEIRA, 2014 apud TEIXEIRA; BATICAM, 2020). Todavia, a faculdade não poderia abarcar um número expressivo. Ademais, não dispunha de recursos humanos suficientes para atender todas as demandas, razão pela qual contava com a cooperação técnica e apoio financeiro, contendo o apoio da China, Rússia, Holanda e dentre outros países (TEIXEIRA; BATICAM, 2020).

Ainda de acordo com os autores, só em 1999, treze anos após a fundação da Faculdade de Medicina, surgiu, em Bissau, a primeira instituição pública universitária, a Universidade Amílcar Cabral (UAC), se até 1999 o acesso ao ensino superior era monopólio de instituições estatais, com a democratização ocorreu abertura do mercado do ensino superior para o setor privado na Guiné-Bissau, fato que possibilitou o surgimento das universidades privadas no país, tendo por exemplo criada a Universidade Colinas de Boé (UCB) em 2013. Na sequência surgiram outras universidades dentre as quais destacam-se: a Universidade Lusófona da Guiné (ULG) criada em 2008; Universidade Jean Piaget da Guiné Bissau em 2010 (TEIXEIRA; BATICAM, 2020); Universidade Católica da Guiné-Bissau em 2007; Universidade Guiné-Bissau Brasil Holanda em 2007 e dentre outras instituições de ensino superior.

Na Guiné-Bissau, o acesso à escola era um privilégio de certos grupos, ou seja, o acesso e a permanência na escola eram determinados por uma classe social que era considerada como assimilada. Muitos dos Bissau-guineenses foram excluídos desse processo, nessa situação, as mulheres foram as que mais sofreram com este sistema.

Nesta linha, ao falar do contexto geral, podemos perceber que a subordinação das mulheres na sociedade manifesta-se como um fenômeno universal e milenar e configura como uma das primeiras formas de opressão na história da humanidade. Em contraste a isto, os avanços e as lutas feministas sobre essa opressão específica e os movimentos de emancipação, e de libertação da mulher são acontecimentos recentes. Estes movimentos (embora não contemplem todas as dimensões das mulheres como, por exemplo, as negras) contribuem positivamente para a articulação dos movimentos nas lutas sociais na participação política, o direito ao voto e ao trabalho formal (SARDENBERG, 1994).

Segundo as múltiplas abordagens sobre/de gênero, as diferenças nos níveis educacionais não decorrem das características biológicas como outrora são empregadas, mas sim, são resultado das condições históricas, sociais, culturais, políticas e estruturais da conformação social de cada sociedade ao longo do seu processo de crescimento/desenvolvimento (LOURO, 1997; SCOTT, 2012 apud GOMES, 2020). Outrossim, a naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia e não de um ato “natural” como por vezes se tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, remetendo-a como ato normal de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Aliás, criam-se as narrativas para justificar tais atos e comportamentos outrora machistas.

Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas sim, é uma construção social e cultural, pois as pessoas vão aprendendo a ser uma mulher e um homem, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico, social e cultural. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres como uma construção, e, também o seu papel na construção do conjunto das relações sociais que se pairam na sociedade (GOMES, 2004 apud GOMES, 2016)).

Assim, tradicionalmente, em quase todos os países do mundo, as mulheres sempre tiveram maiores dificuldades de acesso e a permanência na escola, por serem, em algumas circunstâncias, associadas ao sexo mais frágil (GOMES, 2020). É importante salientar que alguns países têm avançado positivamente, diminuindo, de alguma maneira, essas desigualdades. Mas, no caso da Guiné-Bissau ainda não se verifica essas mudanças no sentido de diminuir essas disparidades, embora houvessem algumas poucas mudanças.

Historicamente, as mulheres eram “associadas” ao interior (dentro), fechado, escuro, e o privado, sendo orientadas a permanecer nas funções de mãe e nos trabalhos domésticos, cuidando da casa e dos filhos, sendo obedientes ao seu parceiro, decorrendo no fato de que



atitudes e comportamentos de homens e mulheres socialmente categorizados a partir de herança cultural, social e política (FRADEGUER s/d apud GOMES, 2016). Nessa compreensão, o

papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isso também o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardiã do afeto e da moral na família. Ela é uma pessoa que deve sentir-se realizada em casa. O homem típico é considerado o provedor, isto é, o que trabalha fora, traz o sustento da família, realiza-se fora de casa, no espaço público. Para uma mulher, ainda é considerado mais adequado ser meiga, atenciosa, maternal, frágil, dengosa, e do homem, o que ainda se espera, é que tenha força, iniciativa, objetividade, racionalidade (NOBRE, 2005 apud GOMES, 2016, p.27).

A desigualdade e a disparidade educacional entre os homens e mulheres, faz parte do processo histórico e social da realidade Bissau-guineense desde o processo da colonização até os dias atuais em que estamos a escrever este texto. A educação das meninas (embora houvesse algumas poucas mudanças positivas) parece estar restringida ao lar, aos trabalhos domésticos, que lhes possibilitam a faculdade de melhor cuidar da casa, dos filhos, de serem *boas* esposas e mães, e em algumas circunstâncias de se submeterem nos seus casamentos.

No ensino guineense, existe uma grande disparidade, com relação aos meninos e as meninas. As meninas são as mais prejudicadas, pois sempre são chamadas pelas mães para ajudarem nos trabalhos domésticos e acabam por não terem as mesmas oportunidades com os meninos, assim como nas atividades geradoras de rendimento (economia informal) tido como principal sustento da família. Ainda aparece o fator de casamento e as gravidezes precoces que não favorecem a participação das meninas na escola quando uma menina fica grávida poder perder o ano escolar e até pode correr o risco de não continuar a estudar. Todos esses elementos contribuem muito na fraca participação da mulher guineense na vida política e nas esferas de decisão na família e na sociedade em geral (SEMEDO, 2011 apud GOMES, 2016).

Torna-se visível o quão problemático a feminilização em alguns setores da sociedade é, pois se trata de inferiorizar e hierarquizar, colocar à margem da sociedade, diminuir oportunidades de vida, dificultar ascensão econômica, política, social e humana das mulheres, principalmente, das mulheres de classes baixas. Dessa forma, diariamente as mulheres mães são coagidas/obrigadas e instruídas a adquirir certas práticas relacionadas à maternidade, sendo obrigadas a se desdobrarem psicológica e fisicamente em nome do “cuidado materno”, frequentemente, tendo suas vontades próprias e características subjetivas surrupiadas com o propósito de manutenção do sistema patriarcal que ainda as marginalizam (RIBEIRO, 2017).

Isto porque, de acordo com a cultura disseminada na época da colonização e até pós-colonização, não havia necessidade de educação escolarizada para os que ali habitam e, sobretudo, para as mulheres, pois a tradição ibérica, transportada de Portugal para as suas colônias, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e escrever (RIBEIRO, 2000 apud PEREIRA; FAVARO, 2017, p. 29). Essa tradição de considerar a mulher como “inferior” é um comportamento verificável na sociedade atual. O acesso à educação das mulheres guineenses foi uma conquista de vários movimentos sociais de caráter “feministas” para eliminar/diminuir a disparidade escolar entre as mulheres e os homens, lutando para uma equidade de gênero.

A constituição de 1984 estabelece algumas mudanças significativas no sistema educacional, político e social do país. A mesma estabelece como fito possibilitar uma vida digna aos Bissau-guineenses e a maior participação popular na gestão do país. Conforme segue no artigo da Carta Magna no seu,

- Art. 16. 1- A educação visa a formação do homem. Ela deverá manter--se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso;
- 2- O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental.
- Art. 49. 1- Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação;
- 2- O Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino;
- 3- É garantido o direito de criação de escolas privadas e cooperativas;
- 4- O ensino público não será confessional (GUINÉ-BISSAU, 1996).

Com a promulgação das leis, o acesso à educação passou a ser um direito de todos e todas, sendo, portanto, um dever de o Estado proporcionar uma educação de qualidade para os Bissau-guineenses. A Guiné-Bissau pode ser como um exemplo de muitos países que não conseguiram eliminar ou diminuir as desigualdades e as discrepâncias da educação existente entre os homens e as mulheres. Estas situações têm colocado as mulheres numa condição desfavorável a dos homens o que em certa medida continua (re)produzindo as desigualdades entre as mulheres e os homens.

Diante das necessidades de diversas ordens sociais, econômicas, políticas, culturais, etc., os indivíduos buscam crescimento acadêmico, profissional, pessoal e social através da inserção na educação superior, ou seja, entendem-se que a educação superior pode ser um instrumento importante para superar muitas barreiras sociais, culturais, históricas e sociais. Para a mulher, por questões historicamente conhecidas sobre disparidades de gênero, a sua “inferiorização” discriminação e subjugação, a busca pela emancipação acadêmica e política se

fortalece em todos os âmbitos sociais, principalmente, no contexto da universidade, pois a universidade é um lugar de luta de poder e das relações de poder (REIS, 2017).

A universidade como local de busca de emancipação dos seres vivos, deve, então, procurar subsidiar todos os indivíduos que nela se encontram e encontrarão. Considerando que ela (universidade) é um espaço de formação e de construção de saberes acadêmico-científicos, é extremamente importante refletir sobre causas e efeitos (histórico-culturais, sociais e políticos) das desigualdades sociais e de gênero. A universidade pode servir como um espaço da manutenção de *status quo* ou também para a emancipação dos grupos que foram social, política e historicamente excluídas (SILVA, 2008; MATOS, 2012 apud GOMES, 2020).

Mesmo após a independência, as mudanças no ensino superior na Guiné-Bissau deixam a “desejar”, pois em grande maioria não ocorreu o processo da transformação e da “democratização” do ensino superior universitário que procurasse romper com os padrões excludentes de um modelo de educação demarcado pela “elitização”. Com a existência das universidades privadas no país, teve uma expressiva inserção e a permanência das mulheres e de estudantes oriundos das condições desfavoráveis. A inserção das mulheres nas universidades privadas do país vem se intensificando cada vez mais no desenvolvimento e na mudança de paradigmas sociais e culturais, lutando em prol de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, para Teixeira e Baticam (2020), o acesso à educação, infelizmente não é assumido ou é assumido seletivamente pelo Estado guineense. Posto isto, em muitas situações, são as mulheres *bideras*<sup>2</sup> que assumem os custos dos estudos das suas filhas, e colocam-nas nas instituições de ensino superior privada.

A entrada das mulheres no ensino superior não elimina outros obstáculos. Porém, Sampaio (2008 apud Gomes, 2020) enfatiza que o tempo de realização de estudos universitários acaba por coincidir com outras etapas da vida, como mudanças nas relações familiares, afetivas e sexuais de uma parcela significativa da população ou em algumas situações as mulheres acabam por estar grávidas e, conseqüentemente, mães e em simultâneo, sendo estudantes. Olhando para o contexto guineense, podemos perceber de forma hipotética que a gravidez constitui um dos fatores que afastam as meninas guineenses de continuarem os seus estudos. Este fator pode ser explicado de diversas formas, pois em algumas situações a menina não tem a condição de conciliar a posição de mãe e estudante em simultânea. Assim sendo, ela acaba em alguns momentos por abandonar o ensino superior.

---

<sup>2</sup> Uma das primeiras conceitualizações sobre *bidera*, em conformidade aos escritos de Antônio Carreira (1983), é entendida como um conjunto de grupos urbanos e rurais de mulheres de condição social de origem popular, que exercem função social nos mercados públicos (CARREIRA, 1983 apud Teixeira e Baticam, 2020).

Conquanto, a estrutura familiar e a forma de organização da carreira acadêmica continuam a limitar a ascensão acadêmica e profissional das mulheres nesse contexto, especialmente quando estas são mães. Esse processo por vezes é conflitante e não é fácil de conciliá-los. A experiência e a vivência da maternidade na vida de mulheres estudante trazem uma série de dificuldades, especialmente aquelas relacionadas ao preconceito de gênero e ao processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica, o que já não ocorre entre os homens, que tendem a ascender mais rapidamente, quando são pais (MANSON; GOLDEN, 2002; TABAK, 2002; AQUINO, 2005, 2006 apud GOMES, 2020). Por isso, corroboramos com Ribeiro (2016) e Urpia (2009) ao salientar que a maternidade influencia de forma direta no aproveitamento da estudante e aumenta ainda as dificuldades dela em conciliar as suas atividades acadêmicas e as maternas, sendo assim, a mulher se encontra numa situação de desvantagem em relação ao homem, pois as responsabilidades dos cuidados recaem sobre ela.

Para Peti Mama Gomes (2016), ser mãe e ser acadêmica, simultaneamente, é uma tarefa complicada, que outrora parece ser impossível conciliar a função da mãe e universitária. Nesta situação, ainda se torna mais complicada quando a criança é recém-nascida e quando a mãe morra sozinha. Dentre as interlocutoras (mães e estudantes guineenses entrevistadas pela autora), as mães sentem-se limitadas para realizar certas atividades acadêmicas, pois outrora mesmo ao estudar são obrigadas a fazer outros afazeres. Ser mãe também significa que as rotinas devem mudar, as dificuldades aumentam, mas os sonhos não devem morrer. As mães não abrem mão dos sonhos, objetivos e das suas conquistas, continuam acreditando nas suas potencialidades e nas suas capacidades de melhorarem e de superarem sempre os obstáculos. Adaptar uma nova realidade é difícil, mas não é impossível.

Neste sentido, podemos dizer que “os desafios são grandes para as mulheres mães acadêmicas, juntar a vida estudantil e a vida acadêmica, os momentos dedicados aos trabalhos da faculdade e o cuidado no sentido de amamentação” (GOMES, 2016, p.55). (In)felizmente, os desafios ainda são maiores, pois o surto de doença de Covid-19 também mudou as rotinas de mães acadêmicas, sendo obrigadas 24 horas sobre 24 horas a conciliar as duas funções: funções da mãe e acadêmica. Se as aulas tivessem ocorridas de forma presencial, talvez as mães teriam que procurar uma “*babá*”<sup>3</sup> o que em certa medida não a sobrecarregaria. Ademias como as aulas estão sendo remotas e devido as condições financeiras, as mães vivem diariamente numa dupla jornada.

---

<sup>3</sup> Aquele que auxilia nos afazeres domésticos ligado ao bebê, cuidando e brincando com a criança.

Ser mãe e acadêmica significa ser resiliente e adaptar à nova fase da vida e a realidade – da maternidade – tendo que lidar com as duas funções: mãe e acadêmica, sendo, sobretudo, estrangeira sem ter a família próxima para auxiliar em algumas funções. Segundo Gomes (2016), é uma tarefa difícil porque elas têm que cuidar das crianças e do estudo também: dar conta das leituras de textos e livros, elaborar trabalhos como, por exemplo, resumos, fichamentos, artigos, e escrever Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cumprir com as exigências da vida acadêmica, motivo fundamental de sua estadia no Brasil e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A situação de maternidade aumenta as responsabilidades, tornando-se um fator de pressão a mais para a mãe. Por questões culturais, o maior peso recai sobre a mãe, sendo, em algumas circunstâncias, atribuída a responsabilidade como se fosse ela é que quer ter o/a filho/a.

Não obstante, mesmo passando muitas dificuldades, as mães acadêmicas têm sido resilientes para superar e conciliar a função de mãe e acadêmica em simultânea. Tais situações não fazem com que as mães se sentem como incapazes de realizar os seus sonhos e conquistar os seus objetivos. Portanto, de acordo as leituras e análises feitas, percebe-se que ainda existe um imaginário que se associa o lugar da mulher ao papel doméstico. Além disso, a universidade ou o ensino superior é um espaço útil para a desconstrução dos estereótipos sobre as mulheres e, sobretudo, as mães acadêmicas.

## **7 METODOLOGIA**

Este projeto adopta-se a tipo de pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa de carácter exploratório. A abordagem qualitativa é uma abordagem interpretativa, que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis e/ou dados estatísticos (MINAYO, 2002). Através da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa poderemos explorar os significados que as pessoas atribuem ao problema, para tal, é necessário cumprir algumas questões éticas e pessoas durante a realização do trabalho de campo.

Faremos um levantamento bibliográfico que nos permitirá consultar os trabalhos que já foram publicados sobre o assunto em análise. De acordo com Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos,

a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 183).

O nosso trabalho será feito na base de pesquisa acadêmica e levantamento bibliográfico, despertando assim o interesse em compreender as dificuldades presentes nos cotidianos das mães solteiras. Evidentemente, essa pesquisa abrange tanto conhecimento teórico quanto o prático devido a necessidade de conhecer e compreender a realidade diária dos estudantes que se tornaram mães. Para tal, as referências consultadas servirão como alicerces da nossa fundamentação teórica. Isso significa que, através das leituras dos trabalhos tornados públicos, poderemos tirar as novas conclusões sobre as mães guineenses na UNILAB.

Em outro momento de coleta de dados, será realizado a pesquisa de campo no município de Acarape e Redenção. Para Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa de campo ocorre a partir de observação do grupo estudado e por meio das entrevistas com as pessoas para melhor análise, compreender e interpretar os fenômenos. É nesse sentido que o nosso trabalho de campo será observar as atividades das mães estudantes. Ademais, na pesquisa de campo faremos a entrevista semiestruturada não dirigida, com diário de campo que nos permitirá fazer as anotações, sintetizar, sistematizar as experiências e as entrevistas a serem analisadas. As anotações serão feitas de duas formas: vamos registrar todas as informações dadas, descrever as experiências, e, por último, escrever as ilações das entrevistas. Estes pressupostos vão nos ajudar em compreender o problema em análise.

No entendimento de Minayo (2002), na entrevista semiestruturada não dirigida, o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre o tema em qualquer direção que considere adequada, sem se prender às indagações formuladas. É uma forma de poder explorar o assunto de forma ampla com perguntas abertas, que podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. Entrevistaremos 10 mães de diferentes cursos, idades e etnias. Como estamos numa situação de isolamento causada pela pandemia de COVID-19, considerando esse pressuposto e caso as condições sanitárias não mudarem, faremos as entrevistas de forma remota, isto é, através dos serviços de comunicações (*google meet*) das redes sociais (WhatsApp, Messenger, Facebook, Twitter, Instagram, etc.). As identidades das nossas entrevistadas serão preservadas,

sendo, portanto, possível realizar as entrevistas e gravá-las mediante a autorização dos nossos sujeitos informantes.

Com isso, será feita análise estatística descritiva dos dados, dos conteúdos e entrevista semidirigida. Para Quivy e Campenhoudt (1998), a análise estatística descritiva é muito mais do que um simples método de exposição dos resultados. Mas que deve ser acompanhada por uma reflexão teórica prévia, a organização e, sobretudo, a interpretação dos dados, assegurando, assim, a coerência e o sentido do trabalho; análise de conteúdo permite resguardar e avaliar as obras literárias, artigo científico dos jornais, documentos oficiais, declarações políticas. Uma vez criado o clima adequado, passa-se, gradualmente, para as questões que farão parte do guião. Depois da nossa defesa, enviaremos o trabalho às informantes, pois, durante a realização da nossa entrevista talvez deixássemos e/ou acrescentássemos algo que não foi dito na entrevista. Ao enviar o trabalho às informantes estar-nos-emos em condição de corrigir as falhas que poderão ser detectadas pelas informantes na digitalização do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa contribuirá no desenvolvimento dos trabalhos sobre as trajetórias das mães estudantes universitárias e ao mesmo tempo, problematizará as dificuldades enfrentadas por elas que, às vezes, interferem nas continuidades dos seus percursos acadêmicos.

## Referências

GOMES, Lídia, Laís Balbino. **Mulher, mãe e universitária**: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica. 2020.

GOMES, Peti Mama. **Ser mulher africana e estudante no contexto de diáspora**: alguns aspectos do cotidiano de estudantes guineenses no maciço de Baturité-Ce. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, VANESSA CRISTINA SANTOS. Uma análise sobre participação política (ações afirmativas) e cidadania feminina. **Antíteses**, v. 9, p. 171-178, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente.** 2016.

OYEWUMI, OYERONKE. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses.** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

PAULA, Luma Karuliny de. **Mães Universitárias: A maternidade no percurso acadêmico e seu impacto na formação da identidade profissional.** Universitário Católico Salesiano *Auxilium*, curso de Psicologia, LINS – SP 2020

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. **Iv Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-Sirsse, Paranaíba, v., n, p. 5527-5542, 2017.**

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Stefani Angeles Souza. **Ser mãe na universidade: uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrizas acerca das políticas de assistência social de uma IFES.** Monografia (de Bacharel em Administração), Universidade Federal de Ouro Preto, MARIANA – MG, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3x5gPye> /acesso no dia 20 de abr. de 2021.

RIBEIRO Flavia Gripp. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) de bacharel em Serviço Social. Brasília 2016

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcantara. Feminismos, feministas e movimentos sociais. **Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, v. 1, p. 81-113, 1994.**

SILVA, Jeane Santana da; ALVES, Mirelle Brandão; CARVALHO Gleiciane Brandão. A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão-UFMA campus VII Codó. **Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 42538-42550, 2020.** Disponível em: <https://bit.ly/3v5sIm3> /acesso no do de abr. de 2021.

STASEVSKAS, Kimy Otsuka; **Ser mãe: Narrativa de hoje em dia, decertoação de mertrado** apresentada a faculdade de saúde público, univercidade de São Paulo, 1999.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica.** / Losandro Antonio Tedeschi. – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas; BATICAM, Sandra Tricia. **Movimento social africano de Fidjus di bideras de Guiné-Bissau em espaços universitários. World Tensions/Tensões Mundiais, v. 16, n. 32, 2020.**

URPIA, A. M. de O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante.** 2009. 200p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.